

## EDITORIAL

No editorial da nossa edição 27.3, dezembro de 2018, um de nossos editores-adjuntos, o professor Antônio José Lopes Alves alertava para “a tendência crescente de recrudescimento da precarização do trabalho, e das condições de vida de suas **personæ**. Movimento tendencial imanente ao capital, fortalecido progressivamente pelas transformações hodiernas nas morfologias da produção, sejam em função da assimilação dos desenvolvimentos técnico-científicos mais recentes à extorsão do mais-valor, sejam devidas ao rearranjo dos circuitos de reprodução ampliada do capital. Esta linha de desenvolvimento tendencial geral se expressa em cada forma particular de ir-sendo capital nas diferentes realidades socioeconômicas historicamente determinadas segundo certas peculiaridades”.

Característica geral do “caso brasileiro” que na quadra histórica atual podia já antever-se um desdobramento potencial ainda mais dramático dadas as determinações particulares da articulação política que naquele momento estava prestes a galgar o poder.

Assim, continua o professor Antônio José no editorial que escreveu para T&E ao final de 2018: (...) “O “novo” (des)governo instalado a partir de janeiro, agora não mais graças às manobras escusas de 2016, operadas pelo consórcio industrial-midiático-jurídico, gestado desde fins de 2013, terá a seu favor, ao menos formalmente, uma aura de “legitimidade” das umas para empreender os necessários –desde a posição do capital –“ajustes” com o fito de resguardar o nível de acumulação e lucratividade com a formação de um horizonte para uma nova rodada. Evidentemente, tais medidas têm como principal pressuposição, **comme d’habitude**, que o ônus das assimetrias inescapáveis do modo de produzir riqueza como capital caia sobre os ombros dos não-proprietários em geral, com especial ênfase para suas parcelas mais vulneráveis, desempregadas e desempregáveis. O quadro que se avizinha, do qual já é possível vislumbrar certos lineamentos genéricos, é deveras bastante sombroso e provoca desde o cansaço social o mais dolorido ao desânimo político mais depressivo. Exatamente em momentos assim nos quais somente a resistência parece surgir como alternativa é que se faz urgente – mas sem pressa – a retomada do pensamento qualificado em termos categoriais. De um pensar que possa quando muito clarificar elementos a tornar o resistir ato proponente e não somente o opor resignada resistência. Como não se deve pensar na vacuidade do desejo, igualmente não se deve agir na ilusória potência de uma vontade impotente”.

O Professor de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas Ivo Tonet (2019), em recente artigo publicado no blog **marxismo21**, discorrendo sobre as possíveis “lições que devemos tirar da conjuntura atual”, afirma o seguinte:

“Como se pode ver, inúmeras e importantes lutas estão sendo travadas em várias partes do mundo (Argélia, Iraque, Palestina, Líbano), mas especialmente na América Latina (Venezuela, Chile, Bolívia, Colômbia, Equador, Haiti). Algumas delas, de uma rara intensidade e com ampla participação das classes subalternas, como no Chile, na Bolívia, no Equador, na Colômbia e no Haiti. Em outros países, os embates ainda se desenrolam no âmbito eleitoral, como na Argentina e no Uruguai. No entanto, nenhuma delas – como tônica – põe em questão o sistema como um todo, apenas a sua forma – neoliberal – mais perversa. Nenhuma delas põe como objetivo a superação radical do capital e do seu instrumento mais importante de manutenção - o Estado. Apenas exigem uma diminuição da desigualdade social, a vigência do sistema democrático e

do chamado Estado de Direito. Sobrepondo-se a todos os outros, o problema fundamental, cotidianamente martelado por inúmeros intelectuais e organizações, num amplo espectro que vai do liberalismo a variadas posições de esquerda (em um sentido muito amplo), parece ser a preocupação com o sistema democrático. Ressoam, a todo momento os alarmes: “a democracia está em vertigem, está sob ataque, está em tensão, está sendo ameaçada, etc”.

Ao pertinente comentário de Ivo Tonet, vale a pena acrescentar que, de certo modo, essas insurgências compartilham esse ideário como aspecto mais saliente de debilidade com as movimentações que explodem igualmente no “centro” do capital, em especial em França e Itália, por exemplo.

Para aqueles que têm interpretado a atual onda de insurreições com otimismo, na esperança de superação dos imperativos do capital ou pelo menos reduzir as suas perversas agruras, é importante lembrar que, sem um projeto político explícito e sem uma liderança política que o conduza, uma revolta espontânea jamais se torna uma revolução. Nesse tipo de levante que se desenvolve sem premeditação, na melhor das hipóteses, as conquistas dos movimentos sociais são limitadas. E, no pior dos cenários, esse tipo de movimento de massas é capturado pela extrema direita, por grupos que comungam em ideais fascistas ou fundamentalistas. A chamada “primavera árabe” é apenas um recente exemplo, dentre tantas outras lições assentadas no “solo firme da história”, segundo a instigante expressão do socialista proudhoniano português Joaquim Pedro de Oliveira Martins (MARTINS, 1957, p. 303). No entanto, cabe aqui um contraponto. Não devemos nos esquecer de um conhecido alerta de Marx: a história não nos permite “prescrever receitas [...] para o cardápio da taberna do futuro” (2013, p. 88).

Propugnar um movimento de superação da ordem do capital depende, é claro, da identificação de um horizonte que demande e outorgue a ação de um “sujeito” social revolucionário. Ou seja, não se trata aqui de um repto da vontade. Entretanto, a preservação da perspectiva de emancipação radical da humanidade das cadeias da propriedade privada dos meios de produzir a vida deve, de outra parte, orientar escolhas e esforços no enfrentamento das contradições e oposições contemporâneas. Por conseguinte, mesmo não sendo a posição de uma finalidade imediata da ação, o revolucionamento da vida social precisa constar como um parâmetro pelo qual se ajustam comportamentos, discursos, entendimentos e lutas frente aos desafios cotidianos. Deste modo, “resistir” não significa tão somente *sobreviver*. Ao contrário, o sobreviver deve ser sempre entendido e operado no diapasão de um *viver* pleno de sentido humano-universal.

Em nosso editorial de 28.2, na edição de setembro de 2019, alertamos para o cenário atual que envolve a política educacional do atual governo no Brasil que torna ainda mais urgente seguirmos em busca das possibilidades de uma tomada de decisão das forças do trabalho no sentido de barrar os avanços de uma política educacional que visa privatizar a universidade pública e intimidar a produção intelectual crítica e científica em nosso País.

Reforçamos, portanto, o chamamento feito ao final do editorial de 28.2 de T&E:

Somente nos resta a luta tendo como *télos* o farol que nos apontou os *comunardos* de 1871. Uni-vos pela educação pública, universal, para todos, livre das injunções do Estado e de seus governos e governantes despóticos e a serviço dos interesses privados. Nosso *télos* deve ser o mesmo, “tomar o céu de assalto” como fizeram em

1871 na França. É preciso conquistar “a montanha” e torna-la amigável das forças do trabalho rumo a construção de uma democracia de transição para a liberdade.

Apresentado esse preâmbulo, apontamos aqui um resumo do conteúdo dos artigos que compõem o número 28.3 de Trabalho & Educação, vejamos.

O artigo de Alexandra BIDEI, Manuel BOUTET e Frédérique CHAVE, intitulado “**Além da inteligibilidade mútua: a atividade coletiva como uma transação. Uma contribuição de pragmatismo ilustrado por três casos**”, inicia defendendo a tese de que as interações estão no centro das principais abordagens sociológicas do trabalho. Algumas linhas de pesquisa foram responsáveis por interações cooperativas que incluem perspectivas incomensuráveis. Mas neste artigo argumenta-se que a noção de interação precisa ser estendida à noção de transação, profundamente enraizada na tradição pragmática americana. A mudança de interação para transação permite o estudo de uma ampla gama de situações sem inteligibilidade mútua. A principal característica é a coexistência de cooperação e perspectivas inteiramente assimétricas, não apenas por um momento transitório no processo de troca de perspectivas, mas como uma configuração estabilizada. Tais contextos significam chegar a um acordo com componentes de ambientes de trabalho longos, despercebidos, mas cada vez mais atuais. Para entender essas formas singulares de coordenação com interações mínimas, precisamos levar em conta o papel dos artefatos digitais, dos participantes de terceiros e dos ritmos pessoais. Este trabalho baseia-se em três estudos realizados em diferentes configurações organizacionais: um centro de controle de tráfego de telefone, um pronto-socorro pediátrico e jogos on-line no local de trabalho. Onde a atividade coletiva não significa inteligibilidade mútua, a análise se volta para as várias formas de vida desenvolvidas no processo de trabalho, os encontros intermitentes entre compromissos inconscientes uns dos outros e os trabalhadores confrontados com seus múltiplos espaços de atividade.

João dos Reis SILVA JÚNIOR e Everton Henrique Eleutério FARGONI, em a “**Mundialização da educação superior: notas sobre economia, produção de conhecimento e impactos na sociedade civil**”, amparados em uma ampla pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2019 sobre políticas de financiamento de pesquisas, produção de conhecimento e o trabalho do pesquisador no contexto da mundialização da educação superior, analisam os novos paradigmas do trabalho do pesquisador diante do avançado cenário de comercialização do conhecimento produzido no âmbito global acadêmico.

Claudia G. Vasconcelos RINCON, e Catia Piccolo Viero DEVECHI, em “**A formação de professores do primeiro ciclo em Portugal**”, expõem a reorganização e a nova estrutura curricular dos cursos de formação de professores para o 1º Ciclo de Ensino Básico em Portugal, após a implementação do Processo de Bolonha, tendo como objetivos apresentar as mudanças concretizadas e fomentar reflexões críticas em relação ao tema. O estudo fundamenta-se na pesquisa qualitativa e adota um percurso metodológico baseado nas pesquisas bibliográfica e documental. As autoras buscam refletir sobre a formação docente a partir do percurso curricular em vigor e da perspectiva de autores portugueses sobre as alterações curriculares e paradigmáticas trazidas pelo pacto. Percebe-se a consolidação das orientações de Bolonha sob divergências de opiniões acerca de suas vantagens e desvantagens na formação inicial docente para os anos iniciais da Educação Básica.

Maria Jose B. P. FLORES, e Ângela I. L. de Freitas DALBEN, em **“Configurações da docência em uma universidade pública no Brasil e na Argentina”**, nos apresentam uma análise comparada da docência em uma universidade pública no Brasil e na Argentina a partir de dados da faixa etária e das condições de trabalho dos professores. Discute-se as configurações assumidas pela docência nestas universidades baseando-se na compreensão da educação superior como bem público e a profissionalidade docente estabelecida nesse processo. Considerando as transformações recentes no âmbito das universidades públicas da Argentina (as universidades nacionais) e do Brasil (as universidades federais), e reconhecendo as especificidades da constituição delas nos diferentes países, selecionou-se duas universidades com proximidades em termos de capacidade atendimento e projeção no cenário acadêmico. Nesse contexto, realizou-se a pesquisa com 373 professores argentinos e 104 professores brasileiros, por meio de questionário e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam uma disparidade de condições entre os docentes das duas universidades que podem ser compreendidos mediante uma leitura sócio-histórica do arranjo da educação superior nos respectivos países e suas influências sobre a universidade e, conseqüentemente, sobre a profissionalidade docente.

Renata Bento LEME, Maria José Ferreira RUIZ e Sandra Regina de Oliveira GARCIA, em **“A interferência do empresariado nas políticas para a educação do trabalhador”**, nos apontam os caminhos históricos que levaram o governo federal a sancionar a Lei n. 13415/2017, da reforma do ensino médio. O artigo objetiva ainda discutir a tendência histórica da interferência dos empresários na elaboração das políticas educacionais, voltadas para o ensino médio e para a educação profissional, no Brasil. Apresenta indícios destas interferências desde a elaboração da Lei Capanema, passando pelo período ditatorial, em que a profissionalização compulsória foi colocada em prática por meio da Lei n. 5692/1971.

Renan ARAÚJO, e Lilian Fávaro Alegrância IWASSE, em **“Formação docente e a pedagogia do “aprender a aprender”: as reformas da educação na era da infâmia do capital”**, expõem, apoiados em fontes bibliográficas, em dados empíricos e na análise documental, as deliberações das Conferências “Educação para Todos” realizadas em Jomtien (1990), Dakar (2000) e Incheon (2015). Adicionalmente, procuram compreender como seus compromissos têm se inserido nos Planos Nacionais de Educação (2001-2011 e 2014-2024), leis, decretos, orientações, programas e políticas públicas. Esses documentos disseminadores das teses da Pedagogia do “Aprender a Aprender” sugerem uma formação docente cujo perfil formativo dos professores deve ter como referência as premissas das novas competências e habilidades exigidos nos processos formativos.

Renan Monticeli FURTADO, e Hélder Ferreira ISAYAMA, em artigo intitulado **“Um perfil de egressos do curso de educação física da Universidade Federal de Minas Gerais”**, investigam o perfil dos egressos formados em Educação Física na Universidade Federal de Minas Gerais, no período de 2011 a 2017. 101 egressos responderam e participaram da pesquisa e os dados demonstram que os campos de atuação com maior intervenção dos egressos são: escola (22%), personal trainer (17,4%), academias de ginástica (14,4%), escolinhas de esporte (12,9%) treinamento funcional (6,8%), alto rendimento esportivo (5,3%) e recreação (3,8%). A metade dos egressos se formaram como bacharéis, 30% como licenciados e 20% possuem as duas formações, sendo que, 35% dos egressos optaram por completar a formação e

realizar pós-graduação *latu sensu* e/ou *stricto sensu* e 65% não realizou pós-graduação.

Shahla Cardoso ALBUQUERQUE e Vânia NORONHA, em artigo que aborda o **“currículo do curso técnico de mineração no Alto Paraopeba/MG: relações entre formação, políticas educacionais e o mundo do trabalho”**, argumentam que os referidos currículos passam por poucas mudanças, estabelecendo uma cultura escolar tradicional e, ainda, a burocrática adequação às exigências legais que nem sempre conduzem à uma reflexão sobre a prática escolar.

Thiago BRITO, em seu artigo intitulado **“Trabalho, docência e precarização: breves notas de um projeto de pesquisa”**, tem por objetivo retomar o debate acerca da atividade docente enquanto processo de trabalho, entendido como processo de transformação não somente da natureza, mas também do próprio ser humano, atividade que, e em conjunto com a linguagem e a cooperação, fornece novos sentidos às relações entre consciência e realidade. Em seguida, o texto procura demonstrar o que foi o processo de flexibilização e de precarização imposto ao mundo do trabalho e seus impactos negativos na atividade docente, a partir da reestruturação produtiva ocorrida após a década de 1970. Por fim, busca-se uma resposta, ainda que provisória e incerta, para a atividade docente, tendo por base as práticas dos antigos artífices e mestres de ofício.

Mônica Baldiotti Campolina FERREIRA, e Lucília Regina de Souza MACHADO, finalizam a seção de artigos dessa edição com uma contribuição que aborda **“Atividade, significados e sentidos: meandros na docência da educação infantil”**. As pesquisadoras problematizam os motivos pelos quais professoras concursadas da educação infantil têm se demitido voluntariamente dos seus cargos. Indaga-se: podem os conceitos de atividade, significado social e sentido pessoal advindos da teoria histórico-cultural contribuir para responder a essa pergunta? Para entrever tal possibilidade realizou-se uma revisão teórica em textos de Vigotski e Leontiev, que abordam tais conceitos. Os resultados obtidos são apresentados neste artigo e se mostraram pertinentes para apoiar o desenvolvimento de pesquisa empírica sobre a exoneração voluntária de professoras da educação infantil municipal. Trata-se de uma investigação destinada a analisar as referências dessas professoras sobre significados sociais a respeito dessa docência e os sentidos que essa atividade tem para elas.

Três resumos de dissertação de mestrados e um de doutorado, todas defendidas em 2019, compõem a edição 28.3. São elas: “A educação tecnológica: um conceito em questão no mestrado em educação tecnológica do CEFET-MG” da mestre Elisângela Gonçalves BARBIERI; “A Divisão Sexual do Trabalho na Educação Profissional: trajetórias acadêmico-profissionais de egressas do curso técnico em edificações” da mestre Giselle Quirino HERCULANO e “Educação ou Computação? Trajetórias de Mulheres Mestras do CEFET-MG em áreas de humanas e tecnológicas” da mestre Camila GUIMARÃES. “A política de reconhecimento de saberes do ponto de vista da atividade de trabalho docente na Educação Profissional”, da Doutora Natália Valadares. LIMA.

Boa leitura!

Antônio José Lopes Alves<sup>1</sup>

Hormindo Pereira de Souza Junior<sup>2</sup>

Rodrigo Moreno Marques<sup>3</sup>

## REFERÊNCIAS

MARTINS, J. P. de O. (1957). **Política e História**, v. 2, Lisboa, Guimarães Editores.

MARX, K. (2013). **O Capital**, Livro I, São Paulo, Boitempo.

TONET, Ivo. Algumas lições da conjuntura atual. *In*: LOVATTO, Angélica *et al.* (Orgs). **Dossiê Natureza e o significado do governo Jair Bolsonaro e as perspectivas de esquerda**. Disponível em: <https://marxismo21.org/o-governo-bolsonaro-e-perspectivas-de-esquerda/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

---

<sup>1</sup> Doutor e Mestre em Filosofia, respectivamente, pela UNICAMP e pela UFMG, Membro dos Grupos de Pesquisa Marxoogia: Filosofia e Estudos Confluentes e Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (CNPq), Membro titular do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG e da Comissão de Ética Pública da UFMG. Integra o Comitê Editorial da Revista Trabalho & Educação e é Professor do Colégio Técnico e do Mestrado Profissional em Educação e Docência (PROMESTRE), ambos da UFMG. E-mail: [ajlopesalves@gmail.com](mailto:ajlopesalves@gmail.com).

<sup>2</sup> Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Educação pela UFMG. Doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutorado em Filosofia Política e Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado da UFMG. Professor do Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da FAE-UFMG. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação da FAE-UFMG. Editor da Revista Trabalho & Educação. Desenvolve pesquisas no campo de confluência entre trabalho, política, formação e emancipação humana. E-mail: [hormindojunior@gmail.com](mailto:hormindojunior@gmail.com).

<sup>3</sup> Professor da Universidade FUMEC, em Belo Horizonte (MG). Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador e coordenador do LAIC -Laboratório do Acesso à Informação e ao Conhecimento ([www.laic.org.br](http://www.laic.org.br)). E-mail: [rodrigomorenomarques@yahoo.com.br](mailto:rodrigomorenomarques@yahoo.com.br).